

---

## ESTÁGIO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BONITO-BA NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFRB

---

Alex Verdério<sup>1</sup>  
Janaine Zdebski da Silva<sup>2</sup>  
Zenilda Lima Pereira<sup>3</sup>  
Kelly Santos de Assis<sup>4</sup>  
Tainara Fonseca Silva<sup>5</sup>  
Karina de Oliveira Melo<sup>6</sup>

**Resumo:** Sistematiza e reflete o Estágio Curricular Supervisionado II, realizado no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e que foi desenvolvido por quatro estudantes em espaços não escolares vinculados à duas Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Bonito, na Chapada Diamantina, Bahia. As atividades foram efetivadas por meio da vivência e da coparticipação que possibilitou a elaboração do diagnóstico territorial e da intervenção concretizada em duas oficinas pedagógicas. Essas ações tiveram por objetivos produzir um levantamento de dados sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombo Varamé e Gitirana e debater sobre 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica e 2) Alimentação Saudável e Soberania Alimentar com os sujeitos que integram as mesmas. Por meio de diálogos foram elaborados os diagnósticos territoriais das duas comunidades. Para concretização das oficinas foram consideradas as ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo e a produção de insumos naturais. A partir da experiência vivenciada reafirmou-se a importância do estágio para a formação do/a educador/a do campo além da compreensão desse momento como campo de conhecimento e de pesquisa que permite analisar e refletir sobre as relações que constituem as comunidades do campo, bem como a pertinência da Educação do Campo e das Ciências Agrárias nesse contexto.

**Palavras-chave:** Estágio; Educação do Campo; Ciências Agrárias; Educação não escolar; Comunidades Quilombolas.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Educação e Pedagogo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA-UFRB). E-mail: [alexverderio@outlook.com](mailto:alexverderio@outlook.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0492-6543>

<sup>2</sup> Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Mestre em Educação e Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA-UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0265-0720>

<sup>3</sup> Licencianda em Educação do Campo – Ciências Agrárias, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3379-4498>

<sup>4</sup> Licencianda em Educação do Campo – Ciências Agrárias, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6361-2077>

<sup>5</sup> Licencianda em Educação do Campo – Ciências Agrárias, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8191-9371>

<sup>6</sup> Licencianda em Educação do Campo – Ciências Agrárias, do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5450-7796>

## STAGE IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES OF BONITO-BA IN LICENSING IN FIELD EDUCATION - AGRICULTURAL SCIENCES AT UFRB

**Abstract:** Systematizes and reflects the Supervised Curricular Stage II, carried out in the Degree Course in Rural Education - Agricultural Sciences at the Teacher Training Center of the Federal University of Recôncavo of Bahia and which was developed by four students in non-school spaces linked to the two Remaining Communities Quilombos in the municipality of Bonito, in Chapada Diamantina, Bahia. The activities were carried out through experience and co-participation that enabled the elaboration of the territorial diagnosis and the intervention carried out in two pedagogical workshops. The purpose of these actions was to produce a survey of data on the remaining communities of Quilombo Varamé and Gitirana and discuss about 1) Agroecological and Organic Production and 2) Healthy Eating and Food Sovereignty with the subjects that integrate them. Through dialogues, the territorial diagnoses of the two communities were elaborated. To carry out the workshops, the tools of the Participatory Rural Diagnosis and the production of natural inputs were considered. Based on the experience, the importance of the stage for the training of rural educators was reaffirmed, in addition to understanding this moment as a field of knowledge and research that allows analyzing and reflecting the relationships that constitute rural communities, as well as the relevance of Rural Education and Agricultural Sciences in this context.

**Keywords:** Stage; Rural Education; Agrarian Sciences; Non-educational; Quilombola Communities.

### 1 INTRODUÇÃO

Essa elaboração tem por objetivo sistematizar e refletir a realização do Estágio Curricular Supervisionado II, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, ofertado pelo Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e que foi desenvolvido por quatro estudantes, no segundo semestre de 2019, em espaços não escolares de duas Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Bonito, na Chapada Diamantina, Bahia. As ações registradas e analisadas tiveram por objetivos produzir um levantamento de dados sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Varamé e a Comunidade Remanescente de Quilombo Gitirana e colocaram-se no sentido de debater sobre 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica e 2) Alimentação Saudável e Soberania Alimentar com os sujeitos que integram as Comunidades. Para tanto, num primeiro momento o estágio teve por foco os diagnósticos territoriais nas duas comunidades. Já num segundo momento, foram realizadas duas oficinas, uma primeira voltada para a Produção Agroecológica e Produção Orgânica e a segunda voltada para a Alimentação Saudável e Soberania Alimentar. Ambas as oficinas ocorreram tanto na Comunidade Gitirana como na Comunidade Varamé. As temáticas das oficinas foram evidenciadas como demandas pelas próprias comunidades, suscitadas no momento inicial do estágio.

O estágio, estando inserido no debate e na construção prático-teórica da Educação do Campo, assumiu a compreensão de que o

conceito de Educação do Campo como parte da construção de um paradigma teórico e político não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a

que se refere. Essa é a base concreta para discutirmos o que é ou não é a Educação do Campo. Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade. Trata-se, na expressão do Professor Bernardo Mançano, de uma disputa de “território imaterial”, que pode em alguns momentos se tornar força material na luta política por territórios muito concretos, como o destino de uma comunidade camponesa, por exemplo (CALDART, 2008, p. 69-70).

A Educação do Campo volta-se para a formação de educadoras/es para atuarem em distintos espaços educativos vinculados ao campo. Assim, o Estágio Curricular Supervisionado II está colocado como segunda etapa importante de inserção em espaços educativos e que compreende a formação dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias. Sua realização se efetiva no sétimo semestre do curso e consiste na inserção orientada e acompanhada em espaços educativos não escolares, tais como: associações, sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, entre outros (UFRB, 2019)

Nesse contexto, o Estágio Curricular Supervisionado II se dá no contato formativo direto com a comunidade do campo e evidencia que “a educação não é uma prática exclusiva da escola, a educação também ocorre fora do espaço escolar e, nesse âmbito, possui objetivos e finalidades diversos e, portanto, exige reflexões que são complementares, porém de natureza distinta” (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 638).

O estágio é tido como primordial na formação docente, os momentos que envolvem todas as relações que ocorrem no espaço e período dessa atividade reafirmam o conceito de estágio como um campo amplo de conhecimentos, envolvendo principalmente a pesquisa pedagógica, mas também a ação, a prática, a problematização, a proposição e a reflexão, se constituindo como um momento indispensável na formação de educadoras/es do campo. Neste contexto, em acordo com Arroyo (2012, p. 363), destaca-se que a “[...] riqueza de conhecimentos incorporados nos currículos de formação dos profissionais do campo vai construindo uma concepção plural de formação”.

Deste modo, o trabalho educativo na escola e em espaços não formais, na perspectiva de formar sujeitos críticos e políticos, a partir da Educação do Campo e das Ciências Agrárias vincula-se a uma compreensão de campo como espaço de vida e relações e que afirma a produção de policultivos e a diversidade sociocultural que lhe são características, bem como aprofunda a necessidade de superar o uso de agrotóxicos e a adoção de monocultivos. Assim, o estágio se constitui numa etapa de formação que permite expandir o contexto de sala de aula, para uma relação campo – educador – famílias, sem deixar de lado a necessidade da construção de planejamento, hipóteses, possíveis resultados, levando em consideração o espaço, a comunidade e os participantes, para que haja inclusão de todos neste processo.

Ao sistematizar e refletir o Estágio Curricular Supervisionado II, tomou-se por referência a realidade das comunidades, as atividades e o percurso desde o planejamento, a vivência e

coparticipação até o momento de intervenção. Portanto, a sistematização aqui posta, reflete elementos relacionados à aproximação e o estar em duas Comunidades Remanescentes de Quilombos, aos desafios enfrentados, ao contato com as pessoas daqueles espaços e as várias trocas de saberes proporcionadas no ambiente e nos diferentes momentos que constituíram a realização do estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado II teve por objetivo geral produzir um levantamento de dados sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombo Varamé e Gitirana e debater sobre 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica e 2) Alimentação Saudável e Soberania Alimentar com os sujeitos que integram as mesmas. Esse objetivo geral desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: i) Realizar o diagnóstico territorial nas Comunidades Remanescentes de Quilombos Varamé e Gitirana; ii) Dialogar e diferenciar a Produção Agroecológica e a Produção Orgânica; iii) Dialogar sobre Alimentação Saudável e de onde vem os alimentos para consumo da comunidade; iv) Realizar oficinas com foco na produção de defensivo natural e sobre o impacto dos agrotóxicos; v) Realizar a prática do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com especial destaque para as ferramentas Visão Sistêmica e Mapa da Comunidade.

Para apresentar elementos da experiência vivenciada, num primeiro momento foi sistematizada uma contextualização do campo de estágio, depois são apresentados os aspectos metodológicos das atividades desenvolvidas e por fim são apresentados alguns pontos de análise na conexão entre os fundamentos teóricos e a prática de estágio na formação de educadoras/es do campo na área de Ciências Agrárias.

Como procedimentos metodológicos, além dos momentos de vivência, coparticipação e intervenção, propiciados pela inserção orientada e acompanhada, foram considerados ainda, os instrumentos elaborados durante o estágio, sejam eles: o planejamento, os instrumentos dos diagnósticos territoriais, o relatório de estágio e o caderno de campo. Esses aportes permitiram fazer importantes conexões entre as atividades desenvolvidas, o referencial teórico que deu suporte para sua realização e as percepções dos sujeitos participantes.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO**

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), Bonito possui aproximadamente 14.834 habitantes, com uma densidade demográfica de 23,23 hab/km<sup>2</sup>. Pertencente ao Território de Identidade da Chapada de Diamantina, o município foi criado pela Lei Estadual nº 5021, de 13 de junho de 1989 e fica localizado entre as coordenadas aproximadas de latitude 11° 58' 10" S e longitude 41° 15' 57" W a uma altitude de 990m e caracteriza-se pelo clima subúmido em uma área mais chuvosa.

Na Bahia, os Territórios de Identidade são configurados

[...] como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, [...], onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA/SEPLAN, 2020, p. 1).

O município de Bonito, pertencente ao Território da Chapada de Diamantina, tem como principal fonte de renda o cultivo do café, sendo que, a maioria dos pequenos agricultores produzem e comercializam o produto dentro do próprio município. Além do café os pequenos agricultores produzem outras culturas como hortaliças e maracujá e alguns criam aves, aumentando assim a renda familiar. Uma boa parte do município é constituída por grandes fazendas destinadas ao monocultivo do café e a criação de bovinos em grandes extensões de terra, que são produzidos para exportação.

Segundo o Colegiado Territorial da Chapada Diamantina (CTCD, 2016), o Território é conhecido por suas belezas naturais e com isso vem expandindo a economia da região a partir do turismo. O Território também é conhecido pelas atividades da mineração e da agropecuária. O Colegiado Territorial da Chapada Diamantina (2016) no que se refere à dimensão socioeconômica identifica como desafios: a ausência de capacitação técnica dos agricultores; a baixa produtividade agropecuária por falta de maquinário adequado; a deficiência de agroindústrias para beneficiamento dos produtos agrícolas; a comercialização de produtos *in natura*; a ausência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada para apoio a agroindústrias; o artesanato; e o turismo. As potencialidades identificadas pelo CTCD são: a Agricultura Familiar forte na região; a ampliação dos programas de desenvolvimento rural já existentes; a ampla variedade de alimentos e produtos vindos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, a agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar que gera subprodutos de qualidade e o aumento da renda; a presença de Comunidades Tradicionais produtivas; e a existência de políticas públicas para comercialização de produtos da Agricultura Familiar.

Como dito, o estágio foi desenvolvido em duas Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Bonito e teve como referência central a articulação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a parceria institucional com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ruy Barbosa.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2017, p. 10).

A parceria com a CPT abriu novas portas para a atuação das/os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias do CFP-UFRB em comunidades tradicionais do campo na Bahia. A CPT tem realizado importantes ações junto as Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Bonito – BA, entre as quais estão as Comunidade Varamé e Gitirana.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Varamé fica localizada a uma distância de 7 km da sede do município de Bonito – BA, sua denominação se deu pela população que a constitui a partir da observação da vegetação local, onde as matas apresentam arbustos ralos, com muita presença de varas e cipós. Essa comunidade foi fundada por volta dos anos 1940, tendo o senhor Suplício José de Souza e sua família como primeira família residente no local. A principal atividade econômica existente na Comunidade Varamé é a cultura do café, tanto para subsistência das famílias, quanto para a comercialização. Atualmente na comunidade residem 82 famílias, com moradias próximas umas das outras que são em sua maioria de adobe e taipa. Contudo, existem moradias construídas de alvenaria, a partir das condições de cada família e também por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. A comunicação se dá através do telefone público presente na comunidade e de aparelhos celulares e internet Wi-Fi. As famílias costumam se reunir na Associação Comunitária e em templos religiosos em datas comemorativas, sendo que as religiões presentes na comunidade são de crenças católica, protestante e de matriz africana. A Associação Comunitária de Varamé teve seu início no dia 6 de fevereiro de 2004, com o objetivo de buscar políticas públicas de acesso à água para o consumo de todos/as e conta com a participação de 46 sócios/as. Em sua maioria as reivindicações ocorrem por meio de abaixo assinados e ofícios para sanar os problemas existentes na comunidade. Atualmente o maior desafio das famílias é ter acesso ao conhecimento para aprofundar a identidade quilombola, a partir das relações e manifestações econômicas, culturais, sociais e espirituais que sustentam sua existência, para que unidos, seus integrantes possam entender o processo histórico de luta e resistência do seu povo no decorrer do tempo.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Gitirana também está situada a uma distância de 7 km da sede do município de Bonito – BA e teve sua fundação há aproximadamente 75 anos. No entanto, a comunidade só foi reconhecida e certificada enquanto Remanescente de Quilombo em 2011, juntamente com mais 14 comunidades da região do Bonito. Os principais protagonistas na ocupação da atual Gitirana foram o senhor Ladislau e o senhor João José de Novais e suas famílias, este último teve o nome dado a escola da comunidade. Os dois pioneiros deram início à construção das primeiras casas da comunidade e atualmente suas famílias integram a comunidade com um grau de parentesco muito forte, totalizando aproximadamente 115 famílias, com um número total de 300 a 400 pessoas. Cercada por tradições a comunidade tem na Via Sacra a mais antiga delas, elemento esse que evidencia a religiosidade característica da comunidade. Verifica-se a presença de

evangélicos e de católicos, estes últimos são constantemente impulsionados à auto-organização em ações movimentadas a partir da igreja, assim como por iniciativas da Associação Comunitária de Gitirana. Como em toda região de Bonito, a principal atividade econômica da comunidade está relacionada ao cultivo do café, mas produções de mandioca e maracujá também estão presentes e têm seus excedentes comercializados. Uma característica bastante presente na comunidade são os quintais produtivos, repletos de diversidade e responsáveis por disponibilizar alguns temperos para as cozinhas. A autodefinição da própria comunidade enquanto Remanescente de Quilombo não foi uma iniciativa que partiu dos moradores, diante disso, um dos principais desafios enfrentados pelas lideranças e pela Associação tem sido trabalhar essa identidade, o que passa pelo aprofundamento da compreensão sobre a identidade quilombola e tudo o que ela congrega.

### 3 METODOLOGIA E ATIVIDADES REALIZADAS

Como dito, o Estágio Curricular Supervisionado II faz parte da formação das/os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias, sendo que o curso é realizado em regime de alternância entre dois tempos: o tempo universidade (TU) e o tempo comunidade (TC). No caso dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado que compreendem 136 horas cada um, essa carga horária é distribuída em 68 horas de TU e 68 horas de TC. As 68 horas de estágio orientadas para o período de TC, no Estágio II, acontecem em espaços não-escolares sendo organizados da seguinte forma: 25 horas de vivência e coparticipação, 20 horas de intervenção e 23 horas de planejamento e elaboração do produto final.

No que se refere à experiência realizada e aqui sistematizada todo planejamento do estágio se deu a partir de diálogos nos quais foi proposta a atuação a partir de dois eixos temáticos, sendo eles: 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica e 2) Alimentação Saudável e Soberania Alimentar. Desta forma, buscou-se atender as demandas das comunidades que receberam o estágio, visando principalmente a participação de todos os sujeitos em debates a partir de suas experiências concretas e no diálogo com autores que tratam dos respectivos temas.

O período de vivência e coparticipação aproximou as estudantes-estagiárias do campo de estágio, das pessoas e das relações estabelecidas nas comunidades. Essas primeiras aproximações ocorreram em três dias e foram iniciadas em 18 de novembro de 2019. Nesse primeiro dia houve a participação na formação para as/os professoras/es das Comunidades Remanescente de Quilombos do município de Bonito. Tal atividade foi realizada a partir da articulação da CPT e, por meio do projeto de extensão Território, Educação e Cultura nas Comunidades Quilombolas de Bonito – BA, vinculado ao CFP-UFRB e esteve voltado para o debate acerca da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola. Essa atividade de formação de professoras/es aconteceu na Comunidade Remanescente de Quilombo Gitirana.

A participação no encontro com professoras/es proporcionou discussões retomando pontos históricos acerca da escravidão no Brasil e sobre a necessidade de uma educação que diga respeito à realidade quilombola, reforçando e valorizando essa identidade. No momento das discussões ficou notório o quanto ainda se faz necessário trabalhar nas comunidades e principalmente nas escolas elementos que constituem a identidade quilombola e tudo o que ela congrega, bem como sua concretude nas comunidades. A participação nesse encontro foi primordial para que reflexões acerca da educação escolar presente nas comunidades e da educação almejada, em consonância com a identidade quilombola. Nesse momento foram evidenciadas algumas das dificuldades enfrentadas pelas/os educadoras/es por não terem nos currículos de sua formação temáticas que tratem dessas identidades e especificidades.

Nos dias 19 e 20 de novembro deu-se continuidade ao momento de vivência e coparticipação com o desenvolvimento do diagnóstico territorial nas Comunidades Gitirana e Varamé. Com essa atividade foi estabelecida uma relação mais próxima com as famílias, na qual as estudantes-estagiárias foram muito bem recepcionadas pelos moradores. Para realização do diagnóstico territorial as estudantes-estagiárias se deslocaram até as casas dos moradores e por meio do diálogo resgataram o histórico e elementos importantes na constituição das comunidades. Esse processo efetivou-se por meio do bate-papo com os sujeitos que integram as comunidades, tendo por referência algumas questões orientadoras articuladas nos eixos: i) histórico da comunidade; ii) localização e acesso; iii) organização social; iv) organização política; v) aspectos econômicos; vi) infraestrutura; e vii) manifestações culturais e religiosidade. Porém, tendo esse conjunto de elementos orientadores optou-se pela promoção de conversas informais para deixar os sujeitos mais à vontade. Esse momento constituiu-se como um trabalho de pesquisa, diálogo, observação e vivência com as comunidades.

O momento de vivência e coparticipação colocou-se como uma importante estratégia pedagógica que possibilitou conhecer a população e permitiu resgatar a história das comunidades, levando em consideração que se envolver com os sujeitos permite ao/à educador/a do campo experiências e saberes diversificados que devem ser levados em consideração no processo de ensino-aprendizagem recíproco, no qual a comunidade pode aprender com as/os estagiárias/os que também aprendem com a comunidade.

Após a vivência e coparticipação foi desenvolvido o momento de intervenção nas Comunidades Quilombolas Gitirana e Varamé buscando contribuir com demandas postas pelas próprias comunidades. Esse momento foi pautado pela atuação direta das estudantes-estagiárias com a concretização de duas oficinas, tendo como objetivo realizar atividades formativas junto ao grupo, com metodologias que possibilitassem a dialogicidade entre os sujeitos. A intervenção constituiu-se a partir dos temas evidenciados durante os diálogos e na efetivação de oficinas



pedagógicas que são caracterizadas como uma “construção coletiva de um saber, de análise de realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, de exercício concreto dos direitos humanos” (CANDAU, 1999, p. 11).

As oficinas realizadas tiveram por temas 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica e 2) Alimentação Saudável e Soberania Alimentar e ocorreram no dia 28 de novembro de 2019 na Comunidade Varamé e no dia 29 de novembro de 2019 na Comunidade Gitirana. O momento das oficinas foi um dos mais desafiadores no desenvolvimento do estágio, no qual as estudantes-estagiárias efetivaram reflexões com os participantes envolvendo alguns dos conceitos estruturantes das Ciências Agrárias. As oficinas colocaram-se como momentos de superação, pois, em consonância com os momentos anteriores, para sua realização as estudantes-estagiárias foram desafiadas a buscar conhecimentos que ainda não haviam sido aprofundados suficientemente. Essa busca esteve pautada na superação de uma possível superficialidade e na qualidade dos debates e das ações propostas. Assim, a intervenção se constituiu como momento de suma importância e responsabilidade, no qual as estudantes-estagiárias tiveram o papel de mediação das oficinas, com o cuidado de buscar o equilíbrio entre o “bate papo” com os sujeitos participantes e os conceitos sistematizados. Este processo de mediação possibilitou promover a superação de possíveis fragmentações conceituais, fomentando uma maior interação entre os conteúdos e os debates, tendo em consideração o respeito e o olhar atencioso com o outro, na perspectiva de relacionar o conhecimento científico ao conhecimento popular, com a intencionalidade de fortalecer as lutas das comunidades, pela transformação da realidade, dialogando sobre as potencialidades locais e a importância da coletividade no meio rural.

Durante as oficinas, foram exercitadas ainda algumas práticas voltadas para a produção de um defensivo natural a base de pimenta-do-reino, a opção por essa prática deu-se a partir da identificação dos muitos quintais produtivos presentes nas comunidades o defensivo natural produzido na oficina coloca-se como uma opção de repelente de insetos. A proposição dessa prática foi um momento de extrema importância, pois além de envolver os participantes, propôs técnicas naturais em substituição aos defensivos químicos.

A outra prática que foi desenvolvida no interior das oficinas esteve vinculada a duas ferramentas do DRP (VERDEJO, 2006), identificadas como Visão Sistêmica e Mapa da Comunidade.

Na oficina que teve por temática Produção Agroecológica e Produção Orgânica, o desenvolvimento da ferramenta Visão Sistêmica permitiu analisar as principais produções das comunidades e diagnosticar os agentes externos e internos para comercialização. Nesse momento vislumbrou-se coletivamente o que é produzido para o consumo interno das Comunidades, bem como, o consumo externo. Também foi identificado de onde vem os recursos para a produção, se

vêm de fora ou da própria Comunidade e o que poderia ser produzido internamente para substituir a necessidade de insumos externos.

Já na oficina sobre Alimentação Saudável e Soberania Alimentar foi desenvolvida a ferramenta Mapa da Comunidade (VERDEJO, 2006) que permitiu identificar os cultivos presentes nas comunidades com o objetivo de fomentar o debate sobre: a) o que tem sido produzido; b) qual a finalidade dessa produção; c) como tem sido feito o manejo de plantas espontâneas; e d) quais as possibilidades de cultivos alternativos. Após a confecção do Mapa da Comunidade, que foi realizada pelos participantes, os mesmos apresentaram seus comentários sobre essa elaboração. Com a prática dessa oficina as estudantes-estagiárias, junto aos participantes, qualificaram o diagnóstico sobre o que as comunidades consomem, com o intuito de refletirem juntos se consideram sua alimentação saudável ou não.

Considerando as temáticas das oficinas, os conceitos de Produção Agroecológica e de Produção Orgânica, bem como de Soberania Alimentar e Alimentação Saudável foram trabalhados na perspectiva de evidenciar suas características, diferenças e reciprocidades, instigando a percepção da comunidade sobre sua incidência no contexto local e na vida das pessoas.

As reflexões feitas pelos próprios participantes a partir das problematizações propiciadas pelas estudantes-estagiárias, na condição de educadoras populares do campo, assumiram efetiva centralidade, pois mesmo partindo do planejamento prévio as atividades foram sendo sustentadas pela interação entre o grupo e pelas estratégias pedagógicas produzidas. Com isso foi evidenciada uma preocupação relacionada à efetiva participação e envolvimento dos sujeitos. Para tanto, partindo dos conhecimentos dos participantes foram sendo encaminhadas conexões com os conhecimentos científicos, na perspectiva de novas sínteses, numa relação entre ação e reflexão sobre questões presentes no cotidiano das comunidades e que se colocam como possibilidades na vida dos sujeitos. Tais apreensões, que evidenciam a importância da realização do estágio junto as Comunidades Quilombolas foram sendo expressas pelos participantes no decorrer das atividades propostas e foram registradas nos depoimentos que seguem:

*Foi de suma importância para os nossos jovens, pois abordaram os temas de forma dinâmica, trouxeram novos conhecimentos, práticas, sem contar a troca de experiências e saberes. (Depoimento 1, Participante 1, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

*Foi de fundamental importância a troca de experiência entre os estagiários e moradores. Pós, o momento proporcionou várias trocas de experiências, como a história da comunidade, conhecendo a história dos nossos antepassados e nossas lutas até nos dias de hoje, conhecendo nossas culturas e conquistas. (Depoimento 1, Participante 2, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

Em todos os momentos do estágio foram levados em consideração os conhecimentos próprios à Educação do Campo e à área do conhecimento das Ciências Agrárias. Foram priorizadas as trocas de saberes e o respeito mútuo. Foi um trabalho árduo de pesquisas e estudos, mas compreende-se o alcance de sucesso, pois, verificou-se a participação efetiva dos sujeitos e sem dúvida alguma essa experiência resultou em um sentimento de gratidão e de missão cumprida, o que por sua vez, evidenciou a importância desse estágio para formação de educadoras/es do campo e para o debate das comunidades.

#### **4 FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O VIVENCIADO**

O Estágio Curricular Supervisionado II que tem por foco de sua ocorrência os espaços não escolares é o momento em que o/a futuro/a educador/a do campo se encontra frente o seu contexto de atuação, no qual efetiva aproximações orientadas e acompanhadas ao fazer docente.

Em acordo com Moura e Zucchetti (2010), as atividades desenvolvidas no estágio estiveram sustentadas em uma concepção de educação que possui múltiplas dimensões e que ocorre o tempo todo em diferentes espaços. Assim, o estágio no contexto das comunidades do campo figura-se como momento de trabalho junto ao povo, no qual o/a futuro/a educador/a do campo socializa o conhecimento a que teve acesso durante sua trajetória acadêmica e passa a ter contato de maneira orientada e acompanhada com os diversos saberes produzidos pelo povo. Essa articulação entre o científico e o popular, no contexto da Educação do Campo, coloca-se na perspectiva do fortalecimento e emancipação dos sujeitos do campo. Aí está inserida a tarefa do/a educador/a que tem o papel de buscar o diálogo capaz de contextualizar a vivência em sua relação com o conhecimento produzido e sistematizado historicamente pela humanidade. É importante que este processo se dê de forma dialógica com a comunidade e com os sujeitos, que seja um estágio “com” o povo e não “para” povo, pois como evidencia Ely (2017, p. 41) “a Educação Popular é voltada a reflexão das condições de vida da classe oprimida na perspectiva da transformação social para que o povo se torne protagonista da sua própria história”.

Em meio a essa assertiva é fundamental ressaltar a importância da formação do/a educador/a do campo em Ciências Agrárias e o quanto é necessário que haja uma formação plural de profissionais consonante à concepção ampliada de educação já apresentada por Moura e Zucchetti (2010).

De acordo com depoimentos registrados durante a realização das atividades, verifica-se uma aderência da formação propiciada no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e a atuação no contexto das comunidades do campo, dentre elas as Comunidades Quilombolas.

*Esse profissional é de extrema importância, pois vai levar para a sala de aula assuntos e temas do interesse do estudante. Nossas escolas tratam o aluno das comunidades rurais como se habitasse em uma metrópole. O educador do campo vai levar para essas pessoas o direito a uma educação diferenciada e sua importância de permanecer no campo, uma educação de qualidade voltada para o interesse do aluno. (Depoimento 2, Participante 1, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

*Vejo como algo de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades no campo nas comunidades tradicionais, com uma formação direcionada para realidade evitará o êxodo rural dos jovens nas comunidades tradicionais. (Depoimento 2, Participante 2, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

No que tange à formação de educadoras/es do campo em Ciências Agrárias em sua relação com as comunidades do campo é salutar ainda a proposição de Arroyo (2012, p. 361), a qual demanda “[...] currículos que incorporem, sistematizem e aprofundem esses saberes e essa formação acumulada, e que os ponham em diálogo com seu direito aos saberes e concepções das teorias pedagógicas [...]”. Essa demanda é primordial para a possibilidade de uma formação ampla, que garanta o direito de uma educação de qualidade aos povos trabalhadores do campo.

Assim, no Estágio Curricular Supervisionado II, desenvolvido em espaço não escolar onde há o contato direto com a comunidade do campo, é importante considerar instrumentos que auxiliem no planejamento e na conexão com a realidade, visto que alguns cuidados são importantes para que haja uma relação dialógica entre todos os sujeitos envolvidos.

Como evidenciado, a experiência aqui sistematizada, possibilitou a inserção orientada e acompanhada em duas Comunidades Remanescente de Quilombos formadas essencialmente por uma população negra rural e urbana. Esses sujeitos se autodeclararam a partir da cultura e tradição de um povo. Atualmente as Comunidades Quilombolas estão espalhadas pelo Brasil e reivindicam continuamente o seu reconhecimento e o acesso à direitos fundamentais, tais como: acesso à terra, educação, saúde e cultura. Segundo Gomes (2015, p. 12) “os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades”.

As atividades de estágio foram desenvolvidas em Territórios Remanescentes de Quilombo e foram organizadas a partir dos dois eixos temáticos evidenciados anteriormente. A proposição desses temas surgiu como demanda das comunidades identificada durante o encontro de formação com as/os professoras/es que constituiu a primeira fase da vivência e coparticipação e posteriormente foi reafirmada no contato direto com as comunidades durante o desenvolvimento do diagnóstico territorial.

Em tempos nos quais as formas de produção adotadas pelo capitalismo têm agredido a natureza de maneira muitas vezes irreversível, assim como a saúde humana e os modos de vida, faz-se necessário a busca por outras formas de produção que sejam uma ferramenta de luta que rompam

com a agricultura convencional e estejam fundadas em princípios que tenham por base a conservação do meio ambiente, o bem viver e a produção sustentável. Neste aspecto, vale voltar-se para a reflexão sobre duas formas alternativas de produção evidenciadas no eixo temático 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica, tendo por objetivo apresentar meios para um cultivo sustentável, assim como diferenciá-las. De acordo com depoimentos registrados durante o desenvolvimento da oficina, verifica-se a pertinência dos temas abordados.

*O tema foi bastante pertinente pois [muitos participantes] não sabiam diferenciar uma produção orgânica da agroecológica e como acontecia o plantio. Além das questões como: fatores, impactos sociais e ambientais. (Depoimento 3, Participante 1, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

*Os temas abordados foram ótimos para que os produtores entendessem a diferença entre a produção orgânica a produção agroecologia, foi notório também o quanto despertou o interesse daqueles que produzem de forma convencional passar pela transição para a agricultura agroecologia, vendo o quanto benefícios iram ter na alimentação de sua família e na preservação da biodiversidade. (Depoimento 3, Participante 2, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

Considerando as apreensões dos participantes da oficina em seus depoimentos, registra-se a abordagem de Medaets (2005, p. 9), na qual, o termo orgânico designa a produção de alimentos sem o uso de qualquer químico ou organismos geneticamente modificados, porém não se apoia no debate sobre a Agroecologia. Diante dessa definição, a Produção Orgânica tem como característica principal a exclusão de químicos, preservando além do solo, a qualidade dos produtos e consequentemente a saúde humana, porém, é necessário ressaltar, que se difere da Produção Agroecológica, pois não tem uma preocupação com todos os processos que ocorrem durante o cultivo, a exemplo das condições de trabalho e inserção dos trabalhadores. É importante sublinhar ainda que os “produtos orgânicos não deixam de serem produzidos nos moldes da agricultura convencional ou do monocultivo” (CECANE/UFOP, 2012, p. 7). Assim, mesmo sendo uma alternativa de produção adotada por vários agricultores familiares, a identidade vinculada à Produção Orgânica tem sido utilizada de maneira indiscriminada pelo capitalismo que evidencia seu caráter eminentemente mercadológico.

A Produção Agroecológica, por sua vez, como o próprio nome já diz, tem por base a Agroecologia. Segundo Moreira e Stamato (2005, p. 17), essa forma de produção vai muito além do uso de técnicas sustentáveis de cultivo, ela se preocupa com o todo “pois também considera os aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos da agricultura, tendo por base os princípios da agroecologia”. A Produção Agroecológica abrange diversos processos, respeitando os conhecimentos populares, agregando estes aos conhecimentos historicamente produzidos, constituiu-se na “combinação entre os conhecimentos dessas comunidades e aqueles acumulados por esta

ciência mais aberta, que vem garantindo o sucesso crescente das agriculturas de base ecológica” (MOREIRA; STAMATO, 2005, p. 15). Uma característica primordial da Produção Agroecológica está relacionada à natureza, ela não é vista de forma separada dos outros processos que ocorrem no ambiente, assim como o homem e a mulher também não. Nessa perspectiva Moreira e Stamato (2005, p. 15) ressaltam que para a Agroecologia a natureza não se configura como acúmulo de recursos que podem ser utilizadas de forma descontrolada e nem como uma máquina que pode ser usada a qualquer momento. Os autores identificam a busca por uma integração com a realidade, na qual é almejada a interação entre os vários elementos presentes no ambiente. O ambiente é o centro e tudo é feito para que haja equilíbrio.

Do mesmo modo, considerando o eixo temático 2) Soberania Alimentar e Alimentação Saudável, e estando conectado ao debate acerca da Agroecologia, verificou-se que para a prática de uma alimentação equilibrada se faz necessário a ingestão da quantidade correta de alimentos diariamente e, além disso, deve-se levar em consideração alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos e que sejam fornecidos por produtores/as da localidade pois dessa forma é possível valorizar e contribuir com a economia das próprias comunidades e, ao mesmo tempo, qualificar o bem estar das pessoas. É nessa perspectiva, que podem ser considerados os depoimentos registrados no decorrer da oficina, no quais os participantes se posicionam sobre a pertinência dos temas abordados.

*Excelente pois levou os jovens a refletir sobre o que é uma alimentação saudável e como usar o que era produzido na comunidade, além de valorizar os produtores locais e diminuir a compra de produtos industrializados, aprendendo assim a diferenciar os alimentos saudáveis e os ricos em conservantes e outros aditivos. (Depoimento 4, Participante 1, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

*Nas abordagens dos temas ficamos cientes que uma alimentação saudável trás vários benefícios, tanto para nossa saúde mental, quanto o aspecto físico, a pessoa tem mais disposição e energia, tem menos suscetível a ter algumas doenças, como câncer, diabetes, obesidade, artrite, anemia e hipertensão. E na soberania alimentar era algo desconfiando pela comunidade, no entanto foi esclarecido, que nada mais é a distribuição e consumo de alimentos que garantem o direito à alimentação para toda a população. (Depoimento 4, Participante 2, novembro de 2019, Registro em Caderno de Campo sistematizado pelas estagiárias).*

Assim, na realização da oficina foi possível verificar que a Soberania Alimentar diz respeito ao “[...] conjunto de políticas públicas e sociais que devem ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715). Por sua vez, a garantia de acesso a uma alimentação saudável e de qualidade deve ser assegurada para todas as pessoas, para tanto, no contexto das comunidades do campo, dentre elas as Quilombolas é necessário o acesso as condições para que elas possam produzir seu próprio alimento

com diversidade de espécies e formas de produção da sua preferência. Para Recine e Radaelli (s/d, p. 16) a “Alimentação saudável é o mesmo que dieta equilibrada ou balanceada e pode ser resumida por três princípios: variedade, moderação e equilíbrio”. E de acordo com Vargas e Silva (2016, p. 65) “um prato com comida saudável deve ter alimentos variados, saborosos, livres de agrotóxicos e, de preferência, produzidos na região que vivemos”.

Neste contexto, aprofundar a reflexão sobre outras formas de produção agrícola, com destaque para 1) Produção Agroecológica e Produção Orgânica, bem como, avançar na reflexão sobre 2) Soberania Alimentar e Alimentação Saudável no contexto das Comunidades Quilombolas de Bonito – BA, em específico nas Comunidades Remanescentes de Quilombos Varamé e Gitirana, colocou-se como grande possibilidade de abordar conteúdos estruturantes das Ciências Agrárias pertinentes à formação de educadoras/es do campo, bem como, vivenciar e desenvolver estratégias pedagógicas relacionadas à Educação do Campo em conexão direta com as demandas das comunidades participantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES

No âmbito das Ciências Agrárias, a partir das temáticas demandadas pelas comunidades, foram evidenciados conteúdos estruturantes dessa área do conhecimento relacionados às populações do campo, à Questão Agrária, à Agroecologia, à Produção Orgânica, aos Agroecossistemas, à Soberania Alimentar e à Alimentação Saudável, dentre outros. Já no âmbito das estratégias pedagógicas, o planejamento prévio, a participação na formação de professores, o desenvolvimento do diagnóstico territorial, a concretização das oficinas e a sistematização da experiência colocaram-se como expressões concretas da relação entre Educação Popular e Educação do Campo.

A relação recíproca entre Educação Popular e Educação do Campo foi dinamizada e evidenciada nos diálogos com os sujeitos, no desenvolvimento das ferramentas do DRP, na inserção orientada e acompanhada nas comunidades, no protagonismo dos sujeitos participantes e na atuação das estudantes-estagiárias que propuseram e desenvolveram o conjunto de atividades realizadas.

Assim, a concretização do Estágio Curricular Supervisionado II do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias do CFP-UFRB permitiu que as estudantes-estagiárias se aproximassem e adentrassem nos processos de luta das comunidades, levando em consideração seus históricos de avanços e retrocessos e as possibilidades postas nesse contexto, sendo tais elementos pertinentes e que se integram na área de conhecimento das Ciências Agrárias e na própria formação do/a educador/a do campo.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Varamé e da Comunidade Remanescente de Quilombo Gitirana, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ruy Barbosa e à Comissão Pastoral da Terra de Ruy Barbosa pelo acolhimento, recepção e imprescindíveis contribuições que, ao compartilharem suas vivências e lutas, tornaram possível a realização do Estágio Curricular Supervisionado II do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias do CFP-UFRB, o que deu sustentação para a elaboração dessa sistematização de experiência. Nosso muito obrigado.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Formação de educadores do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BAHIA, SEPLAN – Secretaria de Planejamento. **Território de Identidade**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. Educação do Campo: reflexões a partir da tríade Produção – Cidadania – Pesquisa. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 7).

CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos: Uma Proposta de Trabalho**. Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. Novameria/PUC-Rio, 1999. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau\\_edh\\_proposta\\_trabalho.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf). Acesso em 07 jun. 2020.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentin Pinto (orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017.

CECANE/UFOP – Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Ouro Preto. **Agroecologia**. 2012. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/cartilha-agroecologia-CECANE-UFOP.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CTCD – Colegiado Territorial da Chapada Diamantina. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Chapada Diamantina**. 2016. Disponível em: [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES\\_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS\\_2016\\_Chapada\\_Diamantina\\_Final.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS_2016_Chapada_Diamantina_Final.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.

ELY, Helena Bins. Estratégias Metodológicas. *In*: CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional. **Cartilha Educação Popular e Economia Solidária**. Porto Alegre: CAMP, julho de 2017.



Disponível em: <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: Uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª. Ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bonito**, Bahia, Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/bonito/panorama>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MEDAETS, Jean Pierre. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000012.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MOREIRA, Rodrigo Machado; STAMATO, Beatriz. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu, SP: Instituto Giramundo Mutuando, Editora Criação, 2005. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/CartilhaAgroecologica.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Educação Além da Escola**: Acolhida a outros saberes. *In*: **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 629-648, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

RECINE, Elisabetta; RADAELLI, Patrícia. **Alimentação Saudável**. S/D. Disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br/publicacoes-e-documentos-para-links/Alimentacaosaudavel.pdf/view>. Acesso em: 07 jun. 2020.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Regulamento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação do Campo – Área de Ciências Agrárias**. Amargosa – BA: UFRB-CFP, 2019.

VARGAS, Maria Cristina; SILVA, Nivia Regina da (orgs.). **De onde vem nossa comida**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. – Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod\\_resource/intro/pageflip-2583697-3759191-DRP\\_-\\_Guia\\_prtico-2649689.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-2583697-3759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.

*Submetido em: 07 de setembro de 2020.*

*Aprovado em: 17 de dezembro de 2020.*

*Publicado em: 30 de junho de 2021.*